

ST 05: “OS ANOS DE CHUMBO” DA DITADURA MILITAR NA PARAÍBA (1969-1974)

Ms. Janaína Gomes da Silva¹

Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes²(orientador)

RESUMO: Esta pesquisa é desdobramento do projeto de iniciação científica, intitulado a *Ditadura Militar na Paraíba: “Os anos de chumbo”(1969-1974)*, sendo desenvolvido a partir do plano *A sociedade civil e a Ditadura Militar na Paraíba: trabalhadores, estudantes e Igreja*. Nos propomos a pesquisar o período dos “anos de chumbo” por ser a época mais tensa e repressora do Regime Militar brasileiro, no qual constata-se o recrudescimento da luta armada, das práticas de tortura e o aniquilamento dos focos de resistência pelo governo de Garrastazu Médici. Este trabalho se coloca no campo da Nova História Política e seu diálogo com a História Cultural. As principais fontes de pesquisa para a realização deste texto são: os jornais de circulação da época, o Dossiê do Regime Militar que se encontra no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, os documentos do SNI e ampla revisão bibliográfica acerca do período.

Palavras-Chave: Ditadura Militar, Paraíba, “Os anos de chumbo”.

¹ Graduada e Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba/bolsista CAPES.

² Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba e presidente da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

A administração do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi indubitavelmente a mais repressora dentre os governos dos militares que marcaram a fase da ditadura no país, não é por acaso que o recorte temporal do seu mandato ficou conhecido como *os anos de chumbo*, tal alcunha deve-se ao fato da intensa repressão e violência empreendida pelo Estado aos opositores do regime.

No tocante a estruturação da repressão policial e política nesse período, verificamos a anuência de setores da elite civil em apoio ao Regime vigente, por um lado, e o suporte fornecido pelos Estados Unidos no que concerne ao treinamento dos militares que desempenhariam cargos estratégicos na área de segurança, por outro. Em linhas gerais, a montagem do aparelho repressor centralizava-se nos seguintes órgãos: Serviço Nacional de Informação (SNI), Operação Bandeirantes (OBAN) e Centros de Informações das Forças Armadas³.

Dentre os três citados, o SNI era o mais importante. Não é por acaso que dois⁴ dos cinco presidentes militares tenham dirigido essa entidade antes de chegarem a assumir a presidência da República. O Serviço Nacional de Informação foi criado em 13 de junho de 1964, sendo uma das primeiras iniciativas dos militares logo após consolidado o golpe. Seu idealizador, general Golbery do Couto e Silva, imaginou que tal órgão seria útil para “superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional”⁵. Na definição de Golbery, o SNI:

Era um órgão nitidamente introvertido, por definição sempre voltado para dentro, e ao qual não está afeta qualquer atividade de divulgação pública, de propaganda ou contrapropaganda, limitando-se a promover a difusão de informações e, quando for o caso, avaliações e estimativas, apenas no âmbito governamental e com a adequada salvaguarda e sigilo. (GASPARI, 2002:156 Apud JÚNIOR, 2008:39)

Somado ao SNI, outro órgão da repressão de destaque fora a OBAN. Criada em 1º de julho de 1969, a Operação Bandeirantes tinha por finalidade atuar em ações de desmonte de grupos armados de oposição ao Regime Militar, sobretudo no extermínio da guerrilha urbana. Para isso, os agentes da

³JÚNIOR, Edson Teixeira da Silva. **A Ditadura civil-militar no Brasil**: a repressão policial e política e a disputa da memória. Revista Dir. UniFOA - Volta Redonda - v.3 n.3 – nov. 2008, p. 37-56. Disponível em: <http://docplayer.com.br/9141309-A-ditadura-civil-militar-no-brasil-a-repressao-policial-e-politica-e-a-disputa-da-memoria.html> > Acesso: 19/11/2016.

⁴ Emílio Garrastazu Médici (15 de março de 1967 – 14 de abril de 1969) e João Batista Figueiredo (15 de março de 1974 – 14 de junho de 1978).

⁵ FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 167-205.

repressão utilizavam métodos violentos e desumanos, como a tortura e o assassinato de militantes esquerdistas. Um dos membros mais famosos desse órgão foi o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Segundo Jacob Gorender, Fleury era “a personagem-símbolo do regime militar durante o Governo Médici, nível de degradação ético-política sem paralelo na história do País”⁶.

A criação desse órgão foi um exemplo da articulação entre setores civis e militares durante a ditadura no Brasil. O novo órgão precisou de recursos que não poderiam advir do governo, a solução encontrada foi arrecadar junto ao empresariado as quantias e a infraestrutura necessária. (JÚNIOR, 2008:40)

E, para fechar o ciclo dos principais órgãos do aparelho repressivo do Estado, temos os Centros de Informação das Forças Armadas, os quais a princípio estavam incumbidos de tarefas específicas de investigação. Todavia, paulatinamente, esses centros passaram a agir de forma repressiva aos opositores. De acordo com Carlos Fico: “o CIE [Centro de Informações do Exército], o CENIMAR [Centro de Informações da Marinha] e o CISA [Centro de Informações da Aeronáutica] também patrocinaavam ‘operações’, ou seja, saíam à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos”. (JÚNIOR, 2008:40)

O aparelho repressivo do Regime Militar tinha por objetivo aglutinar a centralização de informação e praticar ações de apreensão contra os opositores políticos do governo. Isso fazia parte do desejo de construir um sistema de segurança que assegurasse simultaneamente a concentração e a operacionalização a partir das informações obtidas. Destarte, foi que surgiu o Sistema de Segurança Interna (SISSEGN), que por sua vez, estava organizado da seguinte forma:

Um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso denominado comandante de ‘Zona de Defesa Interna’ (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ainda ser criadas ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais.⁷

Todo esse aparato de segurança visava combater as ações das esquerdas armadas e dos grupos opositores. Nessa perspectiva, o órgão mais enérgico foi o CODI-DOI (Centro de Operações de

⁶ Ver GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

⁷ Ver GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações), o qual foi criado a partir de diretrizes do Conselho de Segurança Nacional⁸, contando com a aprovação dos seguintes presidentes militares: Arthur da Costa e Silva e Garrastazu Médici.

O CODI-DOI tinha a competência de planejar e coordenar atividades que assegurasse a defesa interna do Estado. Em linhas gerais, era um órgão de coleta de informações, mas que também atuava em campo para conter as ações dos grupos guerrilheiros. Em suma, a montagem do aparelho repressivo da Ditadura corroborou para a concretização do crime de violação dos direitos humanos, haja vista que o devido processo legal e o direito da ampla defesa foram desprezados pelo então Regime político.

A institucionalização da violação dos direitos humanos e das arbitrariedades cometidas pelo Estado brasileiro foram recrudescidas a partir da decretação do Ato Institucional nº5, lançado no dia 13 de dezembro de 1968. Este é considerado o mais nefasto dos atos institucionais promulgados pelo Regime. Pois previa a concentração de uma série de poderes ao chefe do executivo, “legalizando” práticas antidemocráticas e repressoras.

O presidente Médici, tendo embasamento neste Ato Institucional, adotou uma postura de intolerância aos adversários do “movimento revolucionário de 1964”, e praticamente, exterminou os focos de guerrilha existentes na época, desbaratando assim, as organizações de luta armada das esquerdas. Sendo o mais famoso o episódio da guerrilha do Araguaia, que foi liquidada entre 1972 a 1974. Este conflito sangrento envolveu por um lado, as forças armadas do governo, e por outro, os guerrilheiros do PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

O AI-5, que vigorou no país cerca de dez anos, exerceu um enorme impacto na sociedade brasileira. Em nome de um Estado de Segurança Nacional foram cometidas várias atrocidades contra o cidadão, violando dessa forma tratados internacionais de direitos humanos, por meio da prática sistematizada da tortura nos interrogatórios, sem garantia de defesa ao acusado e sem trânsito em julgado na justiça, chegando a ocorrer ações de assassinatos, executados por agentes do governo.

Outras consequências desse Ato Institucional foram: a ocorrência de sucessivos expurgos nos partidos existentes; vale salientar que, o MDB sofreu perdas mais significativas. Esse condicionamento resultou no enfraquecimento dos partidos políticos. Além disso, o movimento estudantil que até 1968 mostrou-se a principal força de oposição, no final deste mesmo ano, dispersou-se, sobretudo a partir da prisão de aproximadamente 800 de seus líderes, no congresso

⁸ JÚNIOR, 2008:41.

clandestino que houve em Ibiúna (SP). No que concerne aos sindicatos, ocorreram novas intervenções e repressão. Podemos constatar, portanto, que setores da resistência que não aderiram a luta armada foram consideravelmente enfraquecidos (ALVES, 1987:141).

Apesar do AI-5 ter sido decretado no final de 1968, logo, ainda no governo Costa e Silva, enfatizo este episódio no objeto de estudo dessa pesquisa em virtude da repercussão desse ato, no qual permaneceu em vigor no governo Médici, estendendo-se até o final da administração de Ernesto Geisel. Essa medida radical adotada pela chamada *linha dura* dos militares representou para muitos um golpe dentro do golpe.

O AI-5 significou a resposta dos militares as mobilizações da oposição que se realizaram no decorrer do ano de 1968. Contudo, o pretexto oficial utilizado foi o discurso do deputado federal do MDB, pelo Estado da Guanabara, Márcio Moreira Alves, proferido na tribuna da Câmara Federal, em 02/09/1968, que em linhas gerais, conclamava as mulheres a não namorarem os oficiais do exército, além de ter requisitado o boicote as festividades do dia 07 de setembro.

Em contrapartida, os militares, de brios feridos, interpretaram esse pronunciamento como um desrespeito as forças armadas. O poder executivo, destarte, pressionou o Congresso para punir o deputado. Todavia, os congressistas negaram o pedido dos militares. Com isso, no dia seguinte é lançado o famigerado AI-5.

O objetivo real de tal radicalidade por parte da linha dura era manter a “revolução”. Através desse ato imposto a constituição, decretava-se o recesso do congresso por tempo indeterminado, a suspensão da garantia do *Habeas corpus* para delitos políticos, a implantação da censura prévia direta, a intervenção nos Estados e municípios, confisco de bens considerados ilícitos. Além disso, o governo passou a ter o poder de cassar, demitir, aposentar e remover o cidadão, entre outras competências. Em virtude dos malefícios causados por este Ato, o Arcebispo da Paraíba escreveu o seguinte:

[O AI-5] veio para combater a corrupção, mas, impedindo a liberdade de expressão e censurando os meios de comunicação. (...). Solidária com a pátria, a Igreja nunca ti aceitou conviver pacificamente contigo, nunca te incensou ou te lançou uma gota sequer de água benta. Desde aquela primeira condenação oficial de fevereiro de 1969, quando tinhas apenas dois meses e ela já te comparava ao nazismo e alertava que tua presença levaria a clandestinidade muito jovem idealista..., desde tua entrada em cena até o final de tua infeliz existência, a Igreja não cessou de ti “malhar” mesmo sabendo que isto lhe custaria um alto preço como aconteceu com este jornal [A imprensa], uma das inúmeras vítimas de teu rolo compressor da liberdade. (PIRES Apud PEREIRA, 2012:106)

De acordo com a historiadora Maria Helena Moreira Alves, a irrestrita violência recrudescida por meio do AI-5, fez com que muita gente se convencesse que a derrubada da ditadura só poderia acontecer por força das armas. Dessa forma, muitos membros da classe média aderiram à luta armada. Os estudantes, que representavam a principal categoria social de oposição ao regime, foram profundamente influenciados por teorias sobre a guerra revolucionária, tendo como modelo a revolução cubana (1959).⁹

As organizações de esquerda que se lançaram na luta armada tornaram-se mais atuantes a partir de 1969. As ações mais notáveis, como o sequestro de embaixadores, ocorreram na região sudeste do país, conseqüentemente, a repressão se abateu com mais intensidade no eixo Rio-São Paulo. Essas ações revolucionárias implicavam, além dos sequestros de diplomatas, em assaltos a bancos para obtenção de recursos aos grupos guerrilheiros. Podemos constatar que os jovens dessa época estavam bastante politizados e mobilizados, agindo muitas vezes impetuosamente no combate ao estado autoritário. No tocante a luta armada, Mirza Pellicciotta escreveu:

A luta armada como alternativa possível de resistência e revolução social têm origem em um contexto progressivamente violento de fechamento político e se relaciona diretamente com as experiências e leituras vigentes entre as esquerdas. De forma especial, a partir da instauração do AI-5 (em fins de 1968) quando se configura o fechamento dos canais institucionais de participação política e a interrupção violenta dos processos de engajamento e luta política por transformações e “revolução” social, resta às práticas organizadas poucas opções de enfrentamento, entre eles a constituição de grupos armados no campo e cidade. (PELLICCIOTTA, 1997: 124)

No que concerne aos sequestros de embaixadores, esta foi uma das táticas mais eficientes utilizadas pelos grupos que adotaram a luta armada. Pois os guerrilheiros trocavam a libertação dos diplomatas por presos políticos, além disso, a resistência exigia a publicação de manifestos nos grandes jornais e cadeias de rádio. Desta forma, tinha-se a garantia de visibilidade que fora perdida com o aparato burocrático da censura.

Em contra-ataque as ações empreendidas pela esquerda revolucionária, as forças de repressão aplicaram de forma generalizada nos interrogatórios o uso da tortura, tendo como métodos triviais o pau-de-arara, o telefone, a cadeira-do-dragão e à palmatória. Essa prática de maus-tratos, físico e psicológico, nos presos políticos tinha por finalidade a obtenção de informações de outros

⁹ Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1984:143.

militantes, e também assegurar a manutenção do controle político, visando assim, o desmembramento das organizações clandestinas.¹⁰

No âmbito internacional, a acusação contra os militares sobre a prática institucionalizada da tortura tornou-se uma mácula para a imagem do Brasil, enchendo de cautela o governo dos Estados Unidos. Segundo Carlos Fico, no livro *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo*;

As denúncias contra a tortura acabaram por inaugurar, indiretamente, uma nova etapa nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, até porque estimularam algumas iniciativas de oposição da sociedade norte-americana. Intelectuais como Charles Wagley, Richard Morse e Thomas Skidmore assinaram manifestos contra a ditadura brasileira, que, significativamente, também foram endossados pelo ex-embaixador no Brasil, Lincoln Gordon. (FICO, 2008:263)

Por conseguinte, medidas repressivas como a tortura criaram na sociedade um temor, uma “cultura de medo” em se posicionar contra o Estado, em exercer participação política, pois corria-se o risco de ser preso, quiçá torturado. No dizer de Moreira Alves, o *silêncio*, o *isolamento* e a *descrença* são palavras que definem bem o período dos *anos de chumbo* (1987:169).

No tocante ao período da luta armada, de 1969 a meados de 1973, quando os grupos revolucionários haviam sido praticamente derrotados, os combates urbanos tornaram-se frequentes no cenário nacional. Segundo Alves:

Embora estes grupos quase não tivessem uma coordenação militar e estratégica, agindo isoladamente e até em competição recíproca, sofreram todos a influência do foquismo, acreditando que pequenos bandos de revolucionários armados, completamente isolados dos movimentos sociais, poderiam desencadear uma rebelião armada num país de 100 milhões de habitantes (1987:144).

Diante disso, verificamos que na Paraíba, no ano 1969, ocorreu uma ação armada empreendida pelo PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – que foi o assalto a fábrica de Cigarros Souza Cruz. Esse evento gerou uma grande repercussão na sociedade. Os assaltantes, vulgo subversivos, tinham por objetivo angariar fundos para a resistência armada. Sobre isso, a imprensa paraibana publicou a seguinte notícia:

¹⁰ Cf. ALVES, 1984:160.

O assalto verificou-se em frente ao escritório da Souza Cruz na praça Pedro Gonçalves, por volta das 13:45 horas. Os assaltantes portavam revólveres e uma arma de cano longo, que os funcionários do banco não puderam identificar se era fuzil ou espingarda, e utilizaram na fuga um automóvel Volkswagen cor gelo, com placa branca 2888. A polícia compareceu ao local do assalto poucos minutos depois, encontrando ali uma cartucheira, uma caixa de fósforos e um cartucho calibre 12 deixado pelos assaltantes, imediatamente todas as saídas da capital foram tomadas pela Polícia Rodoviária. Os funcionários do banco foram detidos para interrogatório. Como fazia, todos os dias, José Correia, procurador do Banco da Lavoura de Minas Gerais, foi recolher ontem à tarde o depósito do escritório local da companhia de cigarros Souza Cruz, acompanhado de Petrônio Alves da Silva e Manuel Felix da Costa, funcionários do banco. Após contar o dinheiro – 56 mil cruzeiros novos – saíram do escritório para apanhar o transporte quando foram abordados por quatro indivíduos armados. (A UNIÃO, 06/05/1969, p.3)¹¹

Esse ato foi amplamente divulgado como sendo uma ação subversiva. Três meses após deste incidente, a célula do PCBR foi desbaratada pela SSPE – Secretaria de Segurança Pública do Estado – na praia de Tambaú. Sobre a referida ação do governo, o jornal A UNIÃO publicou o seguinte:

No dia 10 [agosto] agentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado localizaram um “APARELHO” do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONARIO (PCBR) na Av. Olinda em Tambaú, apreendendo armas, munições, máquina de escrever, mimeógrafos, explosivos, placas frias para automóveis, planos de assaltos a bancos, carimbos e impressos de repartições oficiais, fardamento e equipamento privativos do Exército e da Polícia Militar, mapas de várias regiões do nordeste, previsão de atos de terrorismo, plano de assalto a residências particulares, literatura comunista, etc. Foi instaurado um inquérito na delegacia do Departamento de Polícia Federal, já tendo sido apurada a participação das seguintes pessoas: Eduardo Ferreira Lima (foragido); José Emilson Ribeiro da Silva (foragido); Eraldo Fernandes dos Santos (preso); Rômulo de Araújo Lima (preso); Marcos Guilherme de Miranda Batista (preso); Eric Jenner Rosas (Presos). Além de outros de menor participação. (A UNIÃO, 10/08/1969, p.8)

As ações da esquerda paraibana que adotaram a postura de resistência ao Regime Militar podem ser caracterizadas como movimentos dispersos e desarticulados. A imprensa do Estado na época informa que as operações dos opositores, em regra, limitavam-se a distribuição de panfletos conclamando o povo à luta, assim como têm-se a ocorrência de pichação das paredes de várias cidades do Estado, com slogans considerados subversivos. Para Nunes¹² (2015:16):

¹¹O assalto foi realizado pelo PCBR de Pernambuco, que tinha articulado com o paraibano, contudo, por divergências acabou fazendo sozinho e os membros do PCBR paraibano levaram a culpa.

¹²Sobre as experiências da luta armada na Paraíba, ver. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. "As experiências da 'luta armada' na Paraíba", In. AVELINO, Nildo.; FERNANDES, Telma Dias.; MONTÓIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2105. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50.

Na Paraíba, não houve propriamente luta armada, mas um grupo de jovens com muita disposição para a luta tentou se organizar. Com esse objetivo, fez algumas ações, um pouco desajeitadas, é verdade, mas com o objetivo de construir uma sociedade que eles consideravam mais justa e igualitária, e lutaram contra o regime militar. Muitos pagaram caro por isso, com prisões, torturas e cumprimento de penas.

Acerca das ações dos jovens opositores, o jornal A UNIÃO escreveu em janeiro de 1969, as seguintes notícias:

Nos primeiros dias do ano paredes de Catolé do Rocha foram pichadas com slogans subversivos e distribuídos panfletos concitando o povo à luta armada. Instaurado o competente inquérito, foi apurada participação das seguintes pessoas: FRANCISCO MUNIZ DE MEDEIROS, ANA LÚCIA GOMES BARRETO e PEDRO RAIMUNDO DA SILVA. (...). No dia 13, por ocasião da realização dos exames vestibulares para as faculdades, foram distribuídos panfletos subversivos em João Pessoa. (...). No dia 26, em igrejas de CAMPINA GRANDE, foram distribuídos panfletos subversivos, à revelia dos responsáveis pelas mesmas. (A UNIÃO, 13 de janeiro de 1969)

No decorrer deste ano a imprensa paraibana publicou notícias similares a esta, de ações subversivas contra o regime vigente, praticados geralmente por jovens e estudantes. Em alguns casos temos conhecimento de prisões e abertura de IPMs (Inquérito Policial-Militar). Como este:

Na madrugada do dia 6 foram pichados dois educandários e lançados panfletos subversivos na cidade de PATOS. Foi aberto Inquérito na Delegacia do Departamento de Polícia Federal, sendo apontados como responsáveis, até o momento, os Srs. POLION CARNEIRO DE ARAÚJO, DJALMA GOMES MARQUES, JOSÉ SARMENTO MARQUES e ANTÔNIO CAVALCANTI. (A UNIÃO, 06/09/1969)

Outra notícia que corrobora a tese que houve subversão na Paraíba foi veiculada pela imprensa do Estado, em 1971. Trata-se de seis membros do Partido Comunista Brasileiro que foram presos no Recife:

O procurador militar Othon Filho de Oliveira denunciou anteontem na auditoria da 7ª Circunscrição da Justiça Militar, em Recife, seis elementos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) apontados como responsáveis por crimes de subversão na Paraíba, organizando a distribuição de panfletos 'A voz operária' em Campina Grande. Foram denunciados como incursores nas sanções do artigo 43 da Lei de Segurança Nacional os paraibanos Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, José Bernardo da Silva, Ailton José de Araújo, Marconi César de Arruda, Boerneges Timóteo de Sousa e José Araújo Lira. Segundo o procurador, os denunciados 'lutavam pela anistia dos presos políticos no Brasil, pela restauração do habeas-corpus perante a Lei de Segurança Nacional e tentavam por todos os meios, sobretudo pela propaganda subversiva, reorganizar o PC em Campina Grande. Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, era líder do PC em Campina Grande e no dia 18 de junho passado, na Estação rodoviária daquela cidade solicitou que fosse embarcado no porta-bagagens do ônibus um saco contendo panfletos subversivos. (A UNIÃO, João Pessoa, 17/09/1971, p. 03)

Sobre o funcionamento do PCBR no Estado paraibano, A UNIÃO divulgou o depoimento de um jovem filiado a esta organização clandestina e também ao movimento estudantil, no qual chama a atenção pela descrição pormenorizada da organização. Transcrevo a seguir um trecho deste relato:

No início do ano de 1969 apareceu em João Pessoa um “contato” do sul que rearticulou o grupo, entregando-lhe documentos sobre o movimento de guerrilhas e expedindo instruções de como seriam feitos os futuros “contatos” entre o grupo e o sul do País;- a partir daí, o PCBR foi estruturado nesta capital através de um comitê composto de 5 elementos, cada um com função específica, sendo que três desses elementos possuíam subgrupos do 1º e 2º escalões encarregados da parte executiva das tarefas, tais como: levantamento de dados sobre funcionamento de bancos e casas comerciais, visando a “expropriações” (assaltos), obtenção de máquinas de escrever, mimeógrafos, material, material de expediente, armamento e munição, placas de automóveis, fardamento e equipamento, etc;- existia um compromisso entre os membros do grupo para que todos fizessem uma “ação” (tarefa), a fim de que ficassem comprometidos uns com os outros, como medida de segurança, para prevenir futuras denúncias às autoridades por elementos dissidentes;- os elementos do grupo não eram conhecidos pelos seus nomes e sim por nomes fictícios, como medida de segurança;- a finalidade precípua da “organização” é a tomada do poder através de métodos violentos, como sejam: guerrilhas, sabotagem, assaltos, terrorismo e outros (...)
(Depoimento de um jovem, A UNIÃO, 07/09/1969, p.04)

A partir desse depoimento, de um jovem militante da esquerda revolucionária, podemos inferir que no Estado paraibano houve movimentos de subversão a ordem imposta, contudo, as operações empreendidas eram executadas de forma dispersa e sem expressão política. Os resistentes não tinham apoio e nem inserção na sociedade. Vale ressaltar que, os grupos opositores que resolveram agir em combate a ditadura representavam uma ínfima parcela da população.

A grande maioria do povo paraibano apoiava o regime militar, ou acomodaram-se a esse sistema de governo. No contexto político local, os governadores João Agripino (1965-1969) e Ernani Sátyro (1970-1974) gozavam de ampla popularidade, e ambos estavam em consonância com as diretrizes do governo central. A título de exemplo, constatei durante a pesquisa hemerográfica, que em vários momentos durante os anos de 1970 a 1974, o então governador Sátyro, era alvo de elogios por parte da bancada emedebista, portanto, da oposição. Além disso, o mesmo era noticiado como sendo um grande líder, capaz de unir a Arena paraibana.

Todavia, é indispensável frisar que a Imprensa nacional na época estava sob a égide da censura prévia, que foi institucionalizada através da Lei de Imprensa (Lei nº5.250, de 09/02/1967), na qual previa: restrição à liberdade de pensamento, punição aos jornalistas que descumprisse os termos da lei; visando assim, consolidar o regime autoritário.

Esta situação recrudescerá mais ainda depois do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional, de 29/09/1969. De acordo com o artigo 16 desta última lei: “divulgar (...) notícia falsa, tendenciosa ou

fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades”, acarretaria em punição de seis meses a dois anos de prisão.¹³ Portanto, verifica-se que a liberdade de expressão, seja individual ou coletiva, foram suprimidas pelos dispositivos citados.

A censura nos jornais foi primeiramente executada por oficiais do exército, posteriormente, este encargo acabou sendo transferido para agentes ligados a DPF – Departamento da Polícia Federal – os quais podiam aprovar, editar ou até mesmo tolher textos que lhes eram encaminhados antes de serem publicados na imprensa. Quando certas matérias eram vetadas pelos censores, os jornalistas passaram a preencher o espaço deixado em branco com poemas, sobretudo de Luís Vaz de Camões, ou também substituía-se por receitas de bolo e doces.¹⁴

Vale ressaltar que, apesar da opressão e censura que houve no período abarcado pelos *anos de chumbo*, o governo Médici desfrutava de grande popularidade entre as classes alta e média, em virtude da ampla propaganda política e sobretudo devido ao extraordinário crescimento da economia, que proporcionava uma certa legitimidade ao Regime Militar. Destarte, essa fase também é conhecida por ser a época do “milagre econômico”, no qual o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro chegou a alcançar taxas de crescimento de dois dígitos.

Não obstante, as benesses desse desenvolvimento não refletiram na melhoria da qualidade de vida da maior parte da população. Constata-se a partir de pesquisas feitas na época que, os ricos ficaram mais ricos, a classe média conseguiu manter, ou até mesmo elevar sua parte na distribuição de renda, e os pobres, por sua vez, permaneceram a margem desse crescimento. (ALVES, 1987:149)

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, a condição dos trabalhadores era difícil pelo fato de que o poder aquisitivo do salário mínimo tendia a declinar no período do “milagre”. Segundo dados apresentados pela autora em sua obra *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, 78,8% da população ganhavam menos de dois salários mínimos. Na prática, havia uma grande parcela da sociedade brasileira vivendo em situação de absoluta pobreza (ALVES, 1987:152).

A partir de meados de 1973, a economia brasileira começou a enfrentar dificuldades, havia uma crescente dívida externa, altas taxas de inflação, acentuada concentração de renda, dentre outros

¹³ Ibidem, p. 158.

¹⁴ Depoimentos de José Emilson Ribeiro e Simão Almeida ao projeto “Compartilhando Memórias: repressão e resistência na Paraíba”.

empecilhos. Neste mesmo ano, um fato político contribuiu decisivamente para renovação das esperanças e diminuição de medos: o novo papel do Movimento Democrático Brasileiro.

A candidatura simbólica do MDB à presidência, encabeçada por Ulysses Guimarães, tendo Barbosa Lima Sobrinho como vice, reacendeu protestos do eleitorado, um pouco ainda coibido devido a conjuntura, contudo, podemos interpretá-los como o reflexo do descontentamento de parte da sociedade civil com os rumos que o país estava seguindo¹⁵. Esta anticandidatura fez com que o MDB passasse a tomar à postura de um verdadeiro partido de oposição, relegando o epíteto do “Sim senhor”.

Outro agravante que serviu para desestabilizar o sistema político repressor, foi a postura adotada por parte da Igreja Católica, que passou a defender veementemente os direitos humanos e sociais. Esta instituição que apoiou maciçamente o golpe civil-militar de 1964, a partir desse período, podemos verificar com mais nitidez e amplitude, que ela se voltou para a ala de oposição ao regime. Haja vista os casos de perseguição a vários de seus membros, nos quais foram presos e torturados.

A título de exemplo, o Arcebispo da Paraíba Dom Marcelo Pinto Carvalheira, entre 1995-2004, foi uma das vítimas da ditadura. Na época ainda Monsenhor, Pe. Marcelo ficou preso durante alguns meses, em 1969, no DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) de São Paulo, acusado de manter ligações com Frei Betto, que por sua vez, tinha envolvimento com os membros da ALN (Ação Libertadora Nacional), a qual era liderada por Carlos Marighela.¹⁶

Diante desses casos de perseguição a Igreja e a sociedade civil, insurgiu um Arcebispo pernambucano contra esse estado de exceção, que acabou se tornando a grande liderança católica que denunciava as atrocidades da ditadura militar dentro e fora do país, chamando atenção assim, da comunidade internacional a violação dos direitos humanos no Brasil. Este religioso era o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Pessoa Câmara, amigo pessoal do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, que por sua vez, estava em consonância com as reflexões que Dom Hélder fazia da situação política brasileira.

¹⁵ Ibidem, p. 179-181.

¹⁶ Cf. Dossiê do regime militar, no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria, série: documentação dos bispos, sub-série: Cartas pastorais, 22/12/1969.

REFERÊNCIAS

1. Arquivos

- Arquivo Eclesiástico da Paraíba
- Arquivo Histórico do Estado da Paraíba
- Fundação José Américo de Almeida
- Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

2. Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARAÚJO, Ricardo José Rufino de; SUASSUNA, Carla Guedes; VELÔSO, Ricardo Grisi; VIANA, Rejane Vieira. **Catálogo da produção intelectual de Dom José Maria Pires**. João Pessoa: UFPB, 1997.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 57-98.

_____. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa, Estampa, 1998, p. 349-363.

BEZERRA, Jaqueline; BEZERRA, Lucilena; BRITO, Gilvanildo; FILHO, Antônio; SILVA, Iza Belarmino da; PEDROSA, Simone. **Catálogo: Instrumento de Pesquisa dos documentos relativos à Ditadura Militar constantes no Arquivo Eclesiástico da Paraíba**. João Pessoa: UFPB/NDHIR, 1998.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol 3), pp. 345-404.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.

_____. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 167-205.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

JÚNIOR, Edson Teixeira da Silva. **A Ditadura civil-militar no Brasil: a repressão policial e política e a disputa da memória**. Revista Dir. UniFOA - Volta Redonda - v.3 n.3 – nov. 2008, p. 37-56.

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história?”. In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, pp.221-242.

LUCCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Orga.) **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-153..

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe”. **Revista Perspectiva Histórica**, vol.2, no 2, janeiro-junho de 2012, pp.37-62.

_____. As experiências da luta armada na Paraíba, In. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTOIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50.

_____. “Cassações de mandatos parlamentares durante a ditadura militar: o caso do Estado da Paraíba”. mimeog.)

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70**. Dissertação de Mestrado apresentado ao DHIFCH/ Unicamp, em 1997.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: Ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFPB, em 2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política,** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970” In FERREIRA, SILVA, Waldir Porfírio da. **A ausência da ampla defesa nas punições dos estudantes da UFPB em 1969.** Monografia apresentada à Faculdade Paraibana (FAP). João Pessoa, 2010.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **O anticomunismo no A imprensa: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba (1962-1964).** Monografia apresentada ao Curso de História da UFPB. João Pessoa, 2012.

VELÔSO, Ricardo Grisi. **As cartas pastorais de Dom José Maria Pires durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).** João Pessoa: UFPB, 1999.

3. Periódicos

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 13 de janeiro de 1969.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 26 de janeiro de 1969.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 26 de março de 1969, p. 08.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 06 de maio de 1969, p. 03.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 10 de agosto de 1969, p. 08.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 06 de setembro de 1969.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 07 de setembro de 1969, p. 04.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 10 de setembro de 1971, p. 01.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 17 de setembro de 1971, p. 03.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 11 de novembro de 1971, p. 03.

Jornal **A UNIÃO.** João Pessoa, 08 de dezembro de 1971, p. 03.